



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

ANEXO I-H

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

1. DEFINIÇÃO

1.1. O Instrumento de Medição do Resultado (IMR) formaliza uma relação entre um provedor de serviços e um cliente, determinando qualidade, condições e garantias sob certos termos e tem como objetivo garantir que os serviços contratados sejam prestados com um determinado grau de qualidade.

1.2. A execução dos serviços serão norteados pelo Termo de Referência e Contrato de forma ampla, estando incluídas todas as obrigações relacionadas.

1.2.1. Compõem desta forma, além dos elementos e serviços técnicos descritos no Termo de Referência, anexos e planilhas, as obrigações gerais elencadas nos documentos contratuais e legislação;

1.2.2. A entrega do objeto pressupõe assim, não apenas a execução dos serviços diretos do objeto contratado, mas também o cumprimento fiel das obrigações avençadas, diretas ou acessórias.

1.3. Caso a Contratante verifique que os serviços não estão sendo executados conforme as diretrizes do Termo de Referência e/ou Contrato, não atendendo os níveis mínimos de qualidade, a Fiscalização emitirá Notificação de Conduta Adversa ou suspensões parciais de pagamento sobre os valores de medições de acordo com a gravidade das faltas cometidas em relação as obrigações contratuais.

1.4. A aplicação da graduação do Instrumento de Medição do Resultado (IMR) não se confunde com sanções e multas previstas em capítulo próprio e na legislação.

1.5. A frequência de aferição e avaliação das responsabilidades da Contratada será realizada a cada medição, Ordem de Serviço ou após a assinatura do Contrato, conforme o caso, devendo a Fiscalização elaborar o documento de aferição e encaminhar para a Contratada e para a Contratante para providências.

1.6. A partir da entrega do documento de aferição, a Contratada conta com prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de pedido de reconsideração com as justificativas e/ou correções das faltas que deram causa a pontuação;

1.6.1. É critério exclusivo da Contratante a reconsideração da pontuação aplicada, observando as causas e consequências das faltas cometidas;

1.6.2. Em havendo reconsideração, e eventual suspensão já tiver sido aplicada, o ajuste será realizado na medição seguinte;

1.6.3. O pedido de reconsideração deve ser individualizado para cada falta apontada;

1.6.4. A reconsideração implica no abono apenas da pontuação das ocorrências com pedido de reconsideração aceito, sendo recalculado o somatório para avaliação do IMR.

1.7. Havendo reincidência na falta, a qualquer tempo, a pontuação relativa ao item em desacordo será contada em dobro.

1.8. Caso a falta cometida não possa ser reparada ou as justificativas não sejam aceitas pela Contratante, a suspensão transformar-se-á em glosa.

1.9. A qualquer tempo, e para qualquer descumprimento de obrigação contratual, poderá ser aberto procedimento de aplicação de penalidade, entretanto, ao se atingir uma pontuação acumulada de 21 pontos ou mais na aferição do Instrumento de Medição do Resultado (IMR), ou existindo reincidências recorrentes de qualquer falta, a Fiscalização deve encaminhar obrigatoriamente para a Contratante, relatório expositivo com a recomendação de abertura de processo para aplicação de penalidade de acordo com as cláusulas contratuais.

1.10. Observar-se-á a ampla defesa e o contraditório.

2. INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços e produtos da Contratada serão avaliados por meio de **05 (cinco) indicadores de qualidade:**

- 2.1.1. Indicador contratual;
- 2.1.2. Indicador materiais/equipamentos empregados;
- 2.1.3. Indicador tempo do serviço;
- 2.1.4. Indicador sustentabilidade;
- 2.1.5. Indicador garantia (retorno e retrabalho).

2.2. A aferição das metas estipuladas neste IMR deverão obedecer aos indicadores abaixo, sem que isso isente a Contratada de cumprir todas as demais exigências do Termo de Referência, as quais também são passíveis de sanção:

2.2.1. Indicador **contratual**:

INDICADOR	
01. Contratual	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada.
Meta a cumprir	Nenhum descumprimento contratual, exceto quanto aos itens sobre sustentabilidade (indicador próprio).
Instrumento de medição	Relatório Técnico
Forma de acompanhamento	Digital e/ou Presencial
Periodicidade	Sempre que a Contratante julgar necessário, poderá ser solicitada documentação da Contratada e/ou verificado algum apontamento <i>in loco</i> , mediante elaboração de Relatório Técnico.
Mecanismo de cálculo	Número de ocorrências (cada descumprimento contratual).
Início da vigência	Após a assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Σ (ocorrências) De 01 a 10 De 11 a 15 De 16 a 20 Acima de 20
Sanções	De 01 a 10 - Notificação de conduta adversa De 11 a 15 - Suspensão de 1% sobre o valor do pagamento De 16 a 20 - Suspensão de 3% sobre o valor do pagamento Acima de 20 - Suspensão de 10% sobre o valor do pagamento
Observações	n/a

2.2.2. Indicador **materiais/equipamentos empregados**:

INDICADOR	
02. Materiais/equipamentos empregados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a quantidade/qualidade mínima dos materiais/equipamentos constantes do orçamento.
Meta a cumprir	Emprego de 100% dos materiais/equipamentos constantes do orçamento.
Instrumento de medição	Relatório Técnico
Forma de acompanhamento	Digital e/ou Presencial
Periodicidade	Sempre que a Contratante julgar necessário, poderá(ão) ser solicitada(s) a(s) Nota(s) Fiscal(is) dos materiais/equipamentos à Contratada e/ou verificado algum apontamento <i>in loco</i> , mediante elaboração de Relatório Técnico.
Mecanismo de cálculo	Número de ocorrências (item faltante/divergente por NF).
Início da vigência	Após a assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Σ (ocorrências) De 01 a 10 De 11 a 15 De 16 a 20 Acima de 20
Sanções	De 01 a 10 - Notificação de conduta adversa De 11 a 15 - Suspensão de 1% sobre o valor do pagamento De 16 a 20 - Suspensão de 3% sobre o valor do pagamento Acima de 20 - Suspensão de 10% sobre o valor do pagamento
Observações	n/a

2.2.3. Indicador **tempo do serviço**:

INDICADOR	
03. Tempo do serviço	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento contratual dentro do prazo estabelecido.
Meta a cumprir	100% do objeto contratual executado dentro do prazo estabelecido.
Instrumento de medição	Relatório Técnico
Forma de acompanhamento	Digital e/ou Presencial
Periodicidade	Recebimento provisório do objeto.
Mecanismo de cálculo	Número de dias após o prazo contratual.
Início da vigência	Após a assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 30 dias Entre 31 e 60 dias Entre 61 e 90 dias Acima de 91 dias
Sanções	Até 30 dias - Notificação de conduta adversa Entre 31 e 60 dias - Suspensão de 1% sobre o valor do pagamento Entre 61 e 90 dias - Suspensão de 3% sobre o valor do pagamento Acima de 91 dias - Suspensão de 10% sobre o valor do pagamento
Observações	n/a

2.2.4. Indicador **sustentabilidade**:

INDICADOR	
04. Sustentabilidade	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento das obrigações sustentáveis pela Contratada.
Meta a cumprir	Nenhum descumprimento contratual referente à sustentabilidade.
Instrumento de medição	Relatório Técnico
Forma de acompanhamento	Digital e/ou Presencial
Periodicidade	Sempre que a Contratante julgar necessário, poderá ser solicitadas documentações ou realizada visita técnica ao local dos serviços para averiguar a correta aplicação das cláusulas sobre sustentabilidade.
Mecanismo de cálculo	Número de ocorrências (cada descumprimento contratual).
Início da vigência	Após a assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Σ (ocorrências) De 01 a 10 De 11 a 15 De 16 a 20 Acima de 20
Sanções	De 01 a 10 - Notificação de conduta adversa De 11 a 15 - Suspensão de 1% sobre o valor do pagamento De 16 a 20 - Suspensão de 3% sobre o valor do pagamento Acima de 20 - Suspensão de 10% sobre o valor do pagamento
Observações	n/a

2.2.5. Indicador **garantia (retorno e retrabalho)**:

INDICADOR	
05. Garantia	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a correta fruição do serviço.
Meta a cumprir	Nenhum acionamento de correção por falhas no projeto.
Instrumento de medição	Relatório Técnico
Forma de acompanhamento	Digital e/ou Presencial
Periodicidade	Após o recebimento definitivo do objeto, sempre que a Contratante julgar necessário, a Contratada poderá ser convocada para regularizar a situação que interrompa a fruição dos serviços.
Mecanismo de cálculo	Número de ocorrências (cada convocação).
Início da vigência	Após a assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Σ (ocorrências) De 01 a 10 De 11 a 15 De 16 a 20 Acima de 20
Sanções	De 01 a 10 - Notificação de conduta adversa De 11 a 15 - Multa de 1% sobre o valor do pagamento De 16 a 20 - Multa de 3% sobre o valor do pagamento Acima de 20 - Multa de 10% sobre o valor do pagamento
Observações	n/a

2.3. A **Contratada** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador, conforme o item 3.2 do Anexo VIII-A da IN SLTI/MPOG nº 5/2017.

2.4. A **Contratante** deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço e da qualidade exigida, conforme o item 2 do anexo VIII-A da IN SLTI/MPOG nº 5/2017.

2.5. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos no tópico 5 do Estudo Técnico Preliminar (**REQUISITOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO**).

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ELISABETE DA CUNHA MARTINS SILVA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/12/2025, às 13:30, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **TALEB FRANCISCO DE OLIVEIRA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/12/2025, às 13:38, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **70442394** e o código CRC **779A472C**.



Referência: Processo nº 08657.050608/2025-39



SEI nº 70442394